

Folha Nacional

10 DE MARÇO DE 2023 | SEMANAL | ANO 1 | 6ª EDIÇÃO | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

www.folhanacional.pt

DESORIENTAÇÃO GERALE IMPUNIDADE TOTAL



**MEDINA AFASTA CÚPULA DA
TRANSPORTADORA, MAS FOGE
À RESPONSABILIDADE DA
NOMEAÇÃO DE ALEXANDRA REIS**

**CHEGA E PSD QUEREM DEMISSÃO
DO MINISTRO DAS FINANÇAS**

//PÁG. 04

nacional

**Idosos maltratados:
feridas por tratar e
banhos de água fria**

//PÁG. 09

política nacional

**IL está a fazer dos
Açores “vítima dos seus
jogos de bastidores”**

//PÁG. 08

economia e finanças

**BCE avisa para
possíveis novos
aumentos de juro**

//PÁG. 11

entrevista da semana

Marcus Santos

**Portugal não é
um país racista.**

**O povo português
é maravilhoso e
acolhedor**

//PÁG. 06



destaque da semana

**“Bancos devem
suportar parte
do aumento
da prestação
das casas” diz
Ventura**

//PÁG. 07



sumário



Arrendamento forçado faz sentido estar na lei, diz ministra

// pág. 08



Cáritas alerta para agravamento da situação das famílias se preços não descerem

// pág. 09



Urgência pediátrica de Loures vai reabrir ao fim de semana

// pág. 10



Preço do leite sobe devido ao “aumento brutal” dos custos de produção

// pág. 12



Trump diz acabar com a guerra na Ucrânia em menos de um dia

// pág. 13



Portugal conquista cinco medalhas em atletismo e judo

// pág. 15



Maíza Fernandes
Vice-presidente do
CHEGA Madeira

O CHEGA, a Xenofobia e a imigração

O nome do Partido CHEGA é sempre associado à xenofobia, porém enquanto militante brasileira e mulher, jamais fui alvo de qualquer postura xenófoba no partido. O CHEGA não é um partido xenófobo! É um partido inclusivo e responsável, cuja visão vai muito além dessa política engessada na cultura dos favores e que é praticada em Portugal. Verdade é que o governo português não cuida do seu povo, o que faz com que, cada vez mais, o cidadão busque em outros países melhores condições económicas e estruturais, acarretando numa população cada vez mais envelhecida e numa grande falta de mão de obra no mercado de trabalho. Não negamos que Portugal depende da mão de obra imigrante, que na grande maioria é composta por estrangeiros oriundos de países considerados de terceiro mundo, que fogem da pobreza, da violência e que se sujeitam a trabalhos duvidosos, mal pagos e com carga horária excessiva. Portugal, vem incentivando uma imigração de pessoas com baixo nível de escolaridade, onde muitos chegam em condições precárias, com suas esposas grávidas, na esperança de, caso seus filhos nasçam em território português, que obtenham um título de residência ou cidadania. O grave incêndio na Mouraria que matou duas pessoas, os 27 imigrantes que viviam em tendas debaixo de um viaduto ferroviário na cidade do Porto, os 3 prédios de 4 andares em Lisboa em que vivem mais de 1400 pessoas, as estufas e campos agrícolas que recebem imigrantes sem oferecer condições de trabalho e de habitabilidade, as organizações criminosas que são especializadas em imigração ilegal e tráfico de pessoas e as famosas procuradorias ilícitas, são algumas das consequências dessa imigração. Temos um governo que faz promessas que não pode cumprir, que abre fronteiras e facilita uma imigração desenfreada, enquanto o povo português é obrigado a esperar meses por uma cirurgia no sistema público de saúde, ou ainda, tendo como remuneração base um dos mais

baixos salários de toda a Europa, é sufocado com elevados impostos. Somos um país com sérios problemas de habitação, um país com urgências obstétricas fechadas, um povo que vive de mãos estendidas, pois, o seu governo socialista tira de seus filhos para dar para quem cá chega e não contribui. O CHEGA vem alertando para o problema desse tipo de imigração, já que Portugal não possui condições para receber e sustentar tantas pessoas que vêm em busca de uma melhor vida, mas que se deparam com uma triste realidade. É o único que se preocupa com a realidade vivida pelo povo português, com as condições de vida dos imigrantes que cá chegam e com a grande emigração dos portugueses que acabam por contribuir para o crescimento de outros países. Quando o Estado promete acolher todos os imigrantes que queiram vir para Portugal sem considerar a real situação económica do país, mascarando os problemas sociais, estruturais e financeiros, está a ser irresponsável para com os estrangeiros que recebe. O CHEGA é contra esse tipo de imigração descontrolada, que não beneficia nem o país e nem o imigrante que vem para Portugal e é fundamental que o Estado garanta, através de políticas migratórias responsáveis e sérias, condições de vida dignas aos seus filhos, para, só então, receber aqueles que venham por bem, com boas intenções e que contribuam para o crescimento do país. Muitos imigrantes juntaram-se ao Partido CHEGA, com a certeza de que somente o CHEGA valoriza uma imigração responsável, que garanta boas condições de vida ao cidadão estrangeiro que aqui resida legalmente e que estabeleça um projeto de vida baseado na correção, na honestidade e no respeito à cultura. Portugal precisa de investimento, precisa de trabalho, precisa de saúde, precisa de educação e Portugal precisa valorizar a sua língua, a sua cultura e a sua história! Enquanto cidadã portuguesa, de origem brasileira, enquanto mulher, enquanto mãe, enquanto trabalhadora, só tenho uma coisa a dizer: CHEGA!



Frederico Tropa
Direção Nacional da
Juventude CHEGA

Em defesa dos adeptos e da cultura de bancada!

No dia 8 de abril, quando André Ventura na sua intervenção criticava, e bem, o “paraíso de impunidade” que goza uma certa comunidade no nosso país, dando como exemplo o caso de um indivíduo dessa mesma comunidade que estava fugido num outro país após ter morto um agente da PSP e cujo patriarca da comunidade afirmava que “no seu modo, no seu tempo o entregará à justiça”, Augusto Santos Silva interrompeu o líder do CHEGA, limitando a intervenção de um deputado democraticamente eleito para afirmar que “não há atribuições de coletivas de culpa em Portugal”.

Pois bem, André Ventura única e exclusivamente constatava um facto, e, analisando a Proposta de Lei n.º 44 apresentada pelo Governo que “Reforça os mecanismos de combate à violência no desporto”, aquilo que se pode constatar é uma clara atribuição coletiva de culpa a todos os adeptos.

A Proposta apresentada pelo Governo visa nova alteração à Lei n.º 39/2009, que estabelece o regime jurídico de segurança e combate ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos. E uma vez mais, esta proposta persiste em seguir uma política altamente repressiva, de claro ataque aos adeptos e à liberdade dos mesmos.

É uma legislação difusa, profundamente alheada da realidade e que toma a parte como um todo. Não resolve os mais prementes problemas registados nos espetáculos desportivos, refugiando-se na premissa da violência sem compreender a beleza da cultura da bancada. Mais, a esquizofrenia presente na proposta do Governo chega ao cúmulo de equiparar penalmente a pedofilia e a corrupção a uma “tocha” responsabilmente usada num ambiente de festa.

O Governo demonstra um profundo desconhecimento com que realiza as suas propostas, legitimando as críticas feitas aos políticos, que dos gabinetes, sem conhecerem a realidade, legislam sobre tudo. Esta proposta foi claramente construída por quem não vai a jogos de futebol, por quem não vive a festa do pré-jogo com os amigos, mas sim por quem vai aos jogos por convite para os camarotes.

O CHEGA jamais deixará de repudiar e condenar os casos de violência em recintos desportivos, devem e têm de ser combatidos, mas apenas com conhecimento do fenómeno e da realidade vivida é possível seguir uma regulamentação eficaz e responsável. Ainda que de forma desonesta certo partido liberal tenha tentado cavalgar a proposta do CHEGA, a verdade é que foi o partido liderado por André Ventura quem apresentou finalmente uma proposta em defesa dos adeptos, das suas liberdades e dos seus direitos.

Como é princípio fundamental do CHEGA, a autorresponsabilidade deve também ser seguida pelos adeptos. Ao invés do que propõe o Governo, um autêntico role de deveres a que sujeitam os adeptos, estes devem também usufruir de direitos. E como tal, continuamos a observar as famigeradas ZCEAP como um problema por solucionar. Não seguimos a lógica de “getização” e segregação dos adeptos nessas zonas, mas julgamos que podem comportar mais valias aos adeptos e à sua segurança. Assim propomos, sempre que possível, a obrigatoriedade de instalação de “safe standigs” nessas zonas tal como iniciar uma discussão ampla e representativa para a possibilidade do uso responsável de certa pirotecnia.

Ainda na perseguição do primado da autorresponsabilidade, o consumo de bebidas alcoólicas de baixo teor dentro do estádio é algo básico e que promove a segurança, ao contrário do que afirmou o Secretário de Estado do Desporto. Por exemplo, a entrada no recinto será realizada de forma mais ordeira pois os adeptos entrarão mais cedo e não em cima da hora tal como são mais facilmente controlados os excessos, o que não acontece com os adeptos a fora dos recintos e é ainda uma forma de evitar possíveis confrontos fora do “anel de segurança”.

Pequenos exemplos de uma mudança de mentalidade que o CHEGA defende, pois, os estádios não são salas de teatro e a lei deve ser feita para os adeptos e não contra estes. Os adeptos devem e merecem ter direitos, ser responsáveis na bancada e sim, é possível defender as forças de segurança e estar ao lado dos adeptos, porque nem todos os “ultras” e adeptos são criminosos!



Manuel Damas
Médico e Professor
Universitário

Carta de Londres

Ou, como o subtítulo indicia, de quando obscuros nichos se tentam transmutar em ninhos. A “presidência” do luso terreno ousa permitir-se o desvario e o dilate de um incongruente mas jactante despesismo, para um País de pequenas dimensões e de poucos recursos. Precisa o “presidente” de 242 funcionários, com 135 adstritos a uma putativa “secretaria geral”? Convenhamos que arranjar cadeiras para 135 funcionários não será fácil e pode parecer, se e quando todos juntos, uma qualquer agremiação de bairro ou até uma “igreja”. E nem me vou referir aos 53 elementos da Casa Civil, onde, certamente, estará incluído o batalhão de assessores, assessoras e “outras”, para ser inclusivo e parecer “moderno”. Precisa? Não, não precisa. Precisa o “presidente” de um orçamento anual que varia entre os 17 e os 18 milhões de euros, por ano? Não, não precisa. Precisa o “presidente” de ter um orçamento anual que é mais do dobro do orçamento anual da Casa Real espanhola? Não, não precisa. Precisa a “presidência” de gastar mais de 600 mil euros anualmente, em “comunicações”? Não, não precisa. Precisa a “presidência” de gastar entre 4 a 5 milhões de euros em “aquisição de bens e serviços” não declarados em qualquer portal de compras do Estado e em concursos celebrados por ajuste directo? Acresce que nenhum desses contratos, por ajuste directo, é divulgado quer na plataforma de contratos públicos, quer no site da Secretaria-Geral, facto que chegou a levantar obstrução, ainda que discreta, do Tribunal de Contas, ficando a decisão sobre tais factos e “epifonómenos” na mão do “presidente”. Não, não precisa, a “presidência” de todos estes estranhos sacos escuros e escusos a fazer recordar os conhecidos “sacos azuis” socialistas. E não posso deixar de salientar o meio milhão de euros, anuais, sob a usada-gasta-conveniente rubrica “outras despesas correntes” onde tudo cabe de relevante mas, principalmente, de irrelevante ou obscuro ou não declarável ou não conveniente de declarar. Permitamo-nos extrapolar. Se, por mero exercício mental, fosse necessário dar uma prenda a

uma amante ou a um amante ou, até, um broche, de lapela, obviamente e houvesse necessidade de fazer recair essa prenda sobre as costas, supostamente largas, da “arraia miúda”, era nesse item, de “outras despesas”, que “a coisa” cabia, não era? Ou se necessário fosse orçamentar “preservativos” ou até “Viagra” era neste item que tal verba encontraria cabimento, certo? É apenas um esboço de raciocínio mental, extrapolado. E quanto a viagens? Mais de 100 até agora. E chamo particular atenção para o facto de em 2022, o “presidente” ter conseguido realizar 3 viagens ao Brasil. Como soi dizer-se: “é obra!” Não deixa de serem de referenciar, no total, até hoje, as 16 viagens a Espanha, as 12 a França, as 9 aos EUA e as 8 ao Brasil, num putativo “top four”. Mas todos estes “cortejos”, a fazerem recordar um qualquer líder tribal, na realidade servem para quê? Em quanto orçam?

E, não. Não vou questionar acerca do orçamento em “caricas” atribuídas, a fazer recordar a lenda. O que levas no regaço, Senhora? São rosas, Senhor, que substituiria por, são interesses, Senhor. Nem sequer vou “repeçar” o estranho caso da prisão do Director do Museu da Presidência da República, duas vezes condecorado, detido ao abrigo da “Operação Cavaleiro” da PJ e que teria eventualmente comprado a baixo custo, cerca de 28 peças do espólio do museu que dirigia, para além dos “crimes de tráfico de influência, falsificação de documento, peculato, peculato de uso, participação económica em negócio e abuso de poder”. O caso, entretanto, foi convenientemente feito desaparecer dos palcos mediáticos. Assim como não deixa de ser, digamos, convenientemente inusitado que o Supremo Tribunal de Justiça tenha mandado destruir as gravações das escutas telefónicas de chamadas existentes entre o referido director e o presidente. Obviamente que nada estou a insinuar! “abrenúncia”, “cruzes, credo”, “o Diabo seja cego, surdo e mudo”... tráz, tráz, tráz...batendo três vezes na madeira para afugentar o mau olhado. Afastado o tom jocoso e sarcástico, fica a pergunta final. Mas, afinal, que descontrolado e miserável despautério todo é este?

DESORIENTAÇÃO GERAL E IMPUNIDADE TOTAL

por **Folha Nacional**

Esta semana foram conhecidas as conclusões da auditoria da Inspeção-Geral das Finanças (IGF) à TAP. As consequências desta auditoria consistem na exoneração do presidente do Conselho de Administração, Manuel Beja, da presidente executiva da companhia, Christine Ourmières-Widener e determinou ainda a devolução dos 500 mil euros de indemnização à ex-secretária de Estado, Alexandra Reis. O CHEGA foi o primeiro partido a pedir a demissão de Fernando Medina, logo após ser conhecido o escândalo que envolvia Alexandra Reis, o que reiterou depois de conhecido este relatório, sendo agora acompanhado pelo PSD e outras forças políticas. Mas e consequências políticas, nomeadamente no que toca ao ministro da Finanças, Fernando

Medina, é que nem vê-las... Aparentemente, o Governo acha que resolve tudo com estas exonerações, esquivando-se a qualquer responsabilidade política. Conhecido o relatório, a IGF conclui que o acordo celebrado para a saída de Alexandra Reis da TAP é nulo, tendo que devolver um total de 450.110,26 euros da compensação que lhe foi paga pela TAP. Para a IGF, independentemente de Alexandra Reis ter saído por “renúncia ou demissão por mera conveniência”, esta “terá de devolver à TAP os valores que recebeu na sequência da cessação de funções enquanto Administradora, os quais ascendem a 443.500 euros, a que acrescem, pelo menos, 6.610,26 euros, correspondentes a benefícios em espécie”. A companhia aérea portuguesa já deu instruções aos seus advogados para a devolução da indem-

nização paga a Alexandra Reis e diz que os seus administradores agiram “de boa-fé” no processo, segundo o contraditório da transportadora à auditoria da IGF; O Governo exonerou o presidente do Conselho de Administração e a presidente executiva da TAP, Manuel Beja e Christine Ourmières-Widener, respetivamente, na sequência do relatório da IGF sobre a saída de Alexandra Reis da companhia e escolheu Luís Silva Rodrigues, que atualmente lidera a SATA, para assumir os cargos de presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da TAP. A ex-administradora da TAP Alexandra Reis discordou hoje do parecer da IGF mas assegura que por “vontade própria” devolverá o montante indicado pela entidade, lamentando “os ataques de carácter” de que foi alvo. A CEO demitida da TAP reagiu en-

tretanto aos resultados do relatório, revelando estar perplexa por ter sido “a única pessoa diretamente envolvida [na auditoria] que não foi ouvida pessoalmente perante a IGF” e que vai tirar “em devido tempo, todas as consequências legais” daquele que considera ter sido um “comportamento discriminatório” por parte da IGF.

ÃO



Recorde-se que, em dezembro passado, Alexandra Reis tomou posse como secretária de Estado do Tesouro, tendo então estalado a polémica sobre a indemnização que recebeu quando saiu da companhia aérea detida pelo Estado. Alexandra Reis ingressou na TAP em setembro de 2017 e três anos depois foi nomeada administradora da companhia aérea, por indicação do acionista privado, sendo que depois de deixar a administração da TAP em fevereiro, em junho, foi nomeada pelo Governo para a presidência da NAV Portugal -- Navegação Aérea.

Em fevereiro, a companhia aérea enviou um comunicado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) a dar conta de que Alexandra Reis tinha renunciado ao cargo na administração.

Já em 27 de dezembro último, Alexandra Reis apresentou o pedido de demissão das funções de secretária de Estado do Tesouro, solicitado pelo ministro das Finanças, Fernando Medina, depois dos esclarecimentos à TAP e de o próprio primeiro-ministro, António Costa, ter admitido que desconhecia os antecedentes de Alexandra Reis.

Na madrugada de 29 de dezembro, demitiram-se o então ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, e o secretário de Estado das Infraestruturas, Hugo Santos Mendes.

O presidente do CHEGA, André Ventura, considerou que a “CEO da TAP não tinha condições para continuar” no cargo, logo após o Governo ter anunciado a sua exoneração, bem como a do presidente do Conselho de Administração da companhia aérea.

“O CHEGA disse, desde o primeiro momento, que a CEO da TAP, bem como o seu chairman, já não tinham condições para se manterem em funções. O que aconteceu (com este relatório) foi a demonstração cabal de que tínhamos razão”, considerou o líder do partido. Com o anúncio feito por Fernando Medina, o ministro das Finanças “concluiu que a CEO da TAP ia apenas arrastar-se numa comissão de inquérito, numa investigação penosa para o Estado e para os interesses dos contribuintes”, destacou ainda André Ventura.

“Nós dissemos, desde o dia 1, que a CEO da TAP não tinha condições para continuar e que isto estava a prejudicar gravemente o interesse nacional”, atirou o líder do CHEGA. O presidente do partido com a terceira maior representação parlamentar considerou ainda que “não era preciso um grande esforço jurídico para perceber isso”, tendo “em conta o Estatuto do Gestor Público e o facto de Alexandra Reis ter saído de uma empresa pública para ir trabalhar para outra empresa pública e, depois, ter sido secretária de Estado” do Tesouro. Tudo isto, destacou ainda André Ventura, num “intervalo temporal muito curto”. Face ao exposto, André Ventura considerou, assim, que o parecer da IGF parece ser “irrepreensível juridicamente”.

Entretanto, e já que falamos em Fernando Medina, o Correio da manhã noticiou esta semana que a mulher do ministro das Finanças terá participado, enquanto advogada, “na preparação do negócio em que a TAP viria a adquirir 53 aviões Airbus A330, A321 e A320”. Segundo a mesma fonte, o nome de Stéphanie Sá da Silva “surge na tradução de uma carta da BOC Aviation dirigida a David Neeleman, quando fazia parte da equipa de advogados que assessorou juridicamente o empresário na privatização da TAP, na qual constam as condições para a compra de 14 aviões A330neo e A321neo”.

Esta informação vem assim adensar ainda mais as suspeitas de promiscuidade entre o PS e a TAP.

06

entrevista da semana

Marcus Santos

Conselheiro Nacional do Partido CHEGA

Marcus Santos nasceu no Rio de Janeiro em 1979 e aos 30 anos recebeu um convite para vir trabalhar em Portugal. Reside no Porto desde então onde é professor e empresário. O seu coração divide-se entre o Brasil e Portugal e, no que toca a futebol, entre o Flamengo e o FC Porto.

por Folha Nacional

Enquanto cidadão de origem brasileira como vê a visita do Presidente do Brasil, Lula da Silva, a Portugal, ainda mais numa data tão simbólica para o nosso país como é o 25 de Abril?

Em primeiro lugar, como brasileiro, sinto-me envergonhado por, atualmente, o Chefe de Estado do Brasil ser Lula da Silva, um homem condenado a 12 anos de prisão pelo crime de corrupção. Depois, como português naturalizado, sinto uma profunda tristeza ao ver a imposição do nosso governo, com o aval do Presidente da República, ao fazer este convite numa data comemorativa tão importante para nós portugueses. Vejo toda esta situação como um total atropelo da separação de poderes, uma vez que o Presidente Marcelo (em conluio com o Governo), já haviam convidado Lula da Silva há algum tempo, desrespeitando assim, a nossa Assembleia da República. Este facto, veio confirmar o que muitos de nós já sabíamos: que o Partido Socialista, bem como os outros partidos de esquerda, se veem como os donos do 25 de Abril e da nossa liberdade!

Como pensa que esta visita vai ser recebida pela comunidade brasileira no nosso país?

Eu creio que os brasileiros que vivem no nosso país legalmente e que contribuem para o nosso crescimento se sentem envergonhados e acredito que muitos, de forma pacífica e ordeira, irão mostrar a sua insatisfação ao lado dos milhares de portugueses que consideram uma afronta e um absurdo a visita de Lula da Silva nesta data tão importante para Portugal.

Acredita que eventuais protestos contra a presença de Lula da Silva em Portugal podem manchar as relações entre os dois países?

Não acredito que os protestos possam manchar a relação entre os dois países, antes pelo contrário. Estes protestos, a existirem, vão mostrar que estamos solidários com os brasileiros no combate à corrupção, uma vez que tem sido um cancro nos dois países. Portugal e Brasil têm sido vítimas do socialismo há décadas e, consequentemente, da corrupção.

Relativamente ao tema do racismo e da xenofobia considera que Portugal é um país estruturalmente racista?

De forma nenhuma, não considero. Não existem países racistas, mas sim, pessoas racistas, e as mesmas podem ser negras ou brancas porque, ao contrário da narrativa que os partidos de esquerda e extrema-esquerda

“Como brasileiro sinto-me envergonhado por Lula da Silva ser o Presidente do Brasil”

- Marcus Santos



▲ **Marcus Santos** é imigrante e defende uma política de fronteiras controladas. “Não podemos ter qualquer pessoa a entrar na nossa casa e não é por queremos controlar quem entra que somos xenófobos”, aponta

querem fazer passar, também há negros que são racistas.

Já foi vítima de alguma atitude racista ou xenófoba em relação a si?

Sim, já fui alvo de comentários preconceituosos, inclusivamente no Brasil. Comentários estes que me foram feitos por um negro, como eu. Mas não posso considerar o Brasil um país racista, pois factos isolados não podem classificar toda uma sociedade.

Como considera que Portugal recebe os seus imigrantes?

O povo português é um povo maravilhoso e acolhedor, mas também muito orgulhoso da sua história, tradição e cultura. Quem vem por bem, legalmente, e que procura integrar-se na nossa cultura e contribuir para o desenvolvimento do país, é sempre bem-vindo e bem acolhido, tal como eu fui.

Entende que Portugal, ou qualquer país, deve receber indiscriminadamente toda a gente, sem qualquer critério?

Não, não entendo, pois, o nosso país é a extensão da nossa casa. Posso dar o exemplo do Presidente da República e o do nosso primeiro-ministro que têm, cada um, a sua residência oficial que é sustentada por todos nós contribuintes. Isso dá-nos o direito de ter livre acesso às suas residências oficiais? Não, ninguém pode entrar sem ser convidado ou estar autorizado. A questão que se coloca é, se eles, que defendem uma política de fronteiras abertas têm restrições para a entrada nas suas residências oficiais – e pessoais também terão certamente –, por que razão não defendem o mesmo para o país? Por que razão nas suas casas não pode entrar quem quiser, mas no país já pode entrar qualquer pessoa?

Considera que a existência de uma política de imigração que acautele condições para receber quem procura o nosso país pode ser considerada racista ou xenófoba?

De forma alguma, antes pelo contrário. Implementar uma política de imigração que acautele condições para quem procura o nosso país é uma forma de segurança para quem recebe e para quem chega. Quem recebe precisa de saber controladamente quem entra no país e se existem condições para receber essas pessoas (contrato de trabalho, casa, etc) e quem chega precisa de ter a certeza que está a vir para um país que o irá acolher dignamente, que terá previamente um contrato de trabalho e que não correrá o risco, por exemplo, de cair em redes de exploração como se tem visto nas notícias das últimas semanas, dormindo às dezenas em pequenos quartos no centro das grandes cidades.



“Bancos devem suportar parte do aumento da prestação das casas”, afirma André Ventura

“Chegou o tempo de serem os bancos a ajudar os contribuintes”. O CHEGA entende que é chegada a hora de serem os bancos a ajudar os contribuintes que têm créditos à habitação e que, há bem pouco tempo, foram chamados a despejar milhões para salvar a banca.

com Agência Lusa

O partido CHEGA entende que, face à crise económica que a população atravessa, o setor da banca deve ser chamado a contribuir para o esforço que muitas famílias fazem nos dias que correm, para conseguirem cumprir com as suas obrigações bancárias. Por essa razão, o partido liderado por André Ventura defende a existência de um especial dever de participação neste esforço conjunto por parte do sistema financeiro, considerada a sua função essencial de financiamento de qualquer economia, particularmente num período de elevada incerteza quanto à evolução da conjuntura económica mundial.

Cabe referir que, ainda esta semana, o economista-chefe do Banco Central Europeu (BCE), Philip Lane, disse que os dados atuais sobre a inflação apontam para que as taxas de juro

continuem a subir. Aliás, já foi, inclusivamente, anunciado um aumento provável das taxas de juro de mais de 50 pontos base, isto depois de já terem sido aumentadas também em 50 pontos base em fevereiro e dezembro passados.

Tendo em conta todo o cenário que os especialistas descrevem como incerto, a presidente do BCE, Christine Lagarde, confessou que “é impossível dizer” até onde as taxas devem aumentar não sendo, por isso, possível prever, nesta fase, quando terminarão estes aumentos que têm vindo a penalizar as famílias europeias, em especial as portuguesas, cujos salários são dos mais baixos do Velho Continente.

Ao mesmo tempo que as taxas de juro diretoras sobem sem parar, a taxa Euribor continua a alcançar novos máximos em todos os prazos, tendo registado, esta semana, valores que não se viam desde

dezembro de 2008. Nesta senda, e também esta semana, a presidente da Cáritas Portuguesa veio alertar para o risco de agravamento da situação das famílias se o preço dos bens alimentares não descer, mostrando-se preocupada com a possível falta de recursos para impedir novos casos de pobreza.

Portugueses com salários miseráveis viram os seus impostos serem usados para salvar a banca e são agora os mesmos que precisam de ajuda para fazer face ao aumento abrupto da prestação das suas casas

Somando estas subidas ao aumento do custo de vida, registado especialmente nos preços da energia e da alimentação, há cada vez mais famílias a sentirem dificuldades em conseguir pagar as contas ao final do mês, incluindo as prestações da casa.

Face ao exposto, e considerando os “milhões e milhões de euros” que o

Estado já usou para salvar bancos – como aconteceu com o Novo Banco –, o presidente do CHEGA considera que agora é “chegado o tempo de serem os bancos a ajudar os contribuintes”. “Homens e mulheres que têm salários miseráveis e que viram os seus impostos servirem para salvar bancos são os mesmos que agora precisam de ajuda para fazer face ao aumento abrupto das prestações das suas casas”, disse André Ventura ao Folha Nacional.

Uma das medidas apresentadas pelo terceiro maior partido português prende-se com a consagração legal de uma moratória, por um período de seis meses, que consistirá numa proibição da revogação das linhas de crédito contratadas, bem como uma prorrogação ou suspensão dos créditos até fim deste período, eventualmente prorrogado em função dos desenvolvimentos económicos futuros, com o objetivo de prevenir eventuais incumprimentos, por parte das famílias, e de lhes permitir encontrar a solução que o Governo não conseguiu produzir, caso esse incumprimento venha a ocorrer.

IL está a fazer dos Açores “vítima dos seus jogos de bastidores”

André Ventura revelou que o CHEGA Açores vai propor ao presidente do Governo Regional, José Manuel Bolieiro, que apresente no parlamento regional uma moção de confiança que, disse, terá o apoio do CHEGA, porque este “não é o momento para criar instabilidade”.

por **Folha Nacional**

O deputado da Iniciativa Liberal (IL) no parlamento dos Açores rompeu, na quarta-feira, o acordo de incidência parlamentar feito com os sociais-democratas para apoio ao Governo Regional de coligação, que junta PSD, CDS-PP e o PPM. Logo de seguida, o deputado independente Carlos Furtado anunciou a mesma posição, deixando o parlamento regional com 28 deputados à esquerda e 27 à direita. Na sequência desta decisão, o presi-

dente do Partido CHEGA – cujo deputado açoriano assinou um acordo de incidência parlamentar com a coligação PSD, CDS e PPM – acusou a Iniciativa Liberal de uma “enorme responsabilidade” e de colocar as “jogadas de bastidores” à frente dos interesses dos açorianos.

“Se hoje estamos a discutir a possibilidade de o PS voltar ao governo dos Açores, a responsabilidade é da Iniciativa Liberal”, começou por dizer André Ventura.

Em conferência de imprensa realizada na Assembleia da República,



© DR

o presidente do CHEGA lamentou a posição da Iniciativa Liberal que, frisou, está a fazer dos Açores a “vítima dos seus jogos de bastidores”. “A Iniciativa Liberal prefere colocar em causa a estabilidade política no arquipélago dos Açores – numa altura em que se vive uma enorme crise de inflação e em que o governo nacional enfrenta também uma crise política – apenas para dizer que não está ao lado do CHEGA. É lamentável”, disse.

Questionado pelos jornalistas, Ventura afirmou que é “evidente que Rui Rocha foi eleito com propósito de dizer que nunca aceitaria nenhum acordo com o CHEGA e os detratores internos logo lhe perguntaram ‘e a questão dos Açores?’. Então, a solução que a IL arranjou foi a de criar uma crise nos Açores para dizer que não precisa do CHEGA”.

“Isto é o mais baixo que se pode fazer em política: pôr em risco as populações por causa de jogos políticos de bastidores”, apontou.

Face à crise política criada nos Açores, André Ventura revelou que o CHEGA Açores vai propor ao presidente do Governo Regional, José Manuel Bolieiro, que apresente no parlamento regional uma moção de confiança que terá, certamente, o apoio do CHEGA, porque este “não é o momento para criar instabilidade”.

Arrendamento forçado faz sentido estar na lei, diz ministra

Governo quer obrigar os proprietários privados a arrendarem as suas casas, ainda que estes não o queiram fazer e, para isso, o Governo quer obrigar as empresas de água, gás e eletricidade a fazer uma lista das casas onde não são detetados consumos.

por **Agência Lusa**

A ministra da Habitação, Marina Gonçalves, afirmou que, apesar de ser dos mais falados, o arrendamento forçado de casas devolutas em condições de serem habitadas é apenas mais um instrumento jurídico e que faz sentido estar na lei.

O arrendamento forçado “será mais um instrumento do nosso ordenamento jurídico, mas certamente não será a forma como faremos esta parceria com todos os promotores de respostas habitacionais”, precisou Marina Gonçalves.

Numa intervenção feita na conferência ‘Mais Habitação – Proteção,

regulação ou travão’, a ministra da Habitação referiu que, apesar de ser das medidas mais faladas deste programa, o arrendamento forçado “faz sentido estar na lei”, precisando que a diferença face ao regime legal que já existe é que neste caso se está a tratar de imóveis devolutos em condições de serem utilizados (para arrendamento).

Marina Gonçalves deteve-se ainda nas medidas que visam apoio diretos às famílias, quer das que têm crédito à habitação, quer as que pagam renda de casa, sublinhando ser intenção do Governo “que entrem em vigor mais rapidamente”.

O ‘Mais Habitação’ regressa ao Conselho de Ministros no dia 16 de



© Folha Nacional

março, data em que serão aprovadas algumas medidas e também a proposta de lei que terá de ser remetida ao parlamento por contemplar matérias da competência do parlamento, nomeadamente as medidas fiscais.

Relativamente aos contratos de arrendamento antigos (anteriores a 1990), a ministra precisou que a solução do Governo passa por permitir que o valor da renda possa

ser atualizado em função do coeficiente sobre a inflação (como sucede com os contratos celebrados ao abrigo do Novo Regime do Arrendamento Urbano) e por atribuir uma compensação ao senhorio.

“No que respeita à renda inicial, o que fazemos é uma inversão face à ideia inicial, em que em vez de o aumento da renda ser compensado via inquilino, há uma compensação direta ao senhorio”, afirmou

a governante, que se referiu ainda ao fim dos vistos ‘gold’, medida que, precisou, “já não faz sentido”. “Os vistos ‘gold’ eram um regime que já estava em avaliação, que na Europa já estava a ser revisto”, disse, sustentando que, atualmente, “não faz sentido” um regime específico de atribuição de vistos de residência, tendo em conta que existe hoje o regime geral que acautela as situações.

Maus-tratos a idosos: feridas por tratar e banhos de água fria

Uma reportagem da SIC revelou a existência de maus-tratos a idosos no lar Delicado Raminho, na Lourinhã, onde não eram tratadas feridas aos utentes que não tinham água quente para banhos e cuja alimentação era pobre e feita com restos do dia anterior.

por **Agência Lusa**

O Ministério Público instaurou um inquérito ao caso do lar de idosos da Lourinhã, depois de terem sido noticiados no domingo relatos de maus-tratos, revelou a Procuradoria-Geral da República (PGR). Nesta senda, a Segurança Social determinou o encerramento do lar. A informação da PGR surge um dia depois de a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, ter anunciado uma inspeção urgente ao lar de idosos Delicado Raminho, na Lourinhã. “O que eu pedi foi uma inspeção, foi enviado um pedido de fiscalização imediata urgente à situação do lar para perceber o que é que se passa, porque o que nos tem de mover a todos é a proteção das pessoas”, afirmou Ana Mendes Godinho. Também na segunda-feira, a ministra foi questionada pelos jornalistas

sobre as informações divulgadas por anteriores funcionários do lar de que recebiam aviso prévio das visitas da Segurança Social, tendo respondido: “Há, naturalmente, visitas regulares e há visitas de fiscalização, e essas nunca são anunciadas, nem devem ser anunciadas, precisamente para detetar situações que sejam sinalizadas”. Ana Mendes Godinho apelou ainda à denúncia à Segurança Social de todos os casos que as pessoas julguem precisar de fiscalização. “Cá estamos para fiscalizar, para salvar as situações das pessoas, que é isso que nos move”, acrescentou. Durante a tarde de segunda-feira a Rádio Renascença revelou que dois inspetores da Segurança Social tinham estado nas instalações a averiguar as condições de assistência aos cerca de 60 utentes da instituição. Uma reportagem da SIC denunciou no domingo à noite maus-tratos a idosos do lar Delicado Raminho, na Lourinhã,



© DR

no distrito de Lisboa.

De acordo com uma ex-funcionária, em causa estão o uso das mesmas luvas para o manuseamento de vários utentes, a existência de feridas por tratar, alimentação pobre e feita com restos de dias anteriores e falta de água

quente para banhos aos utentes.

Segundo a informação divulgada, Delicado Raminho é um lar privado, tem licença de funcionamento e pode receber até 78 utentes, tendo neste momento cerca de 60. Cada um paga, em média, 1.500 euros por mês.

Cáritas alerta: Famílias em risco de pobreza se preços não descenderem

Numa altura em que muitas famílias atravessam uma situação económica precária, a presidente da Cáritas em Portugal admite que “não é muito fácil as pessoas ajudarem”, pois também elas sentem dificuldades em conseguir pagar as suas contas no final do mês.

por **Agência Lusa**

A presidente da Cáritas Portuguesa alerta para o risco de agravamento da situação das famílias se o preço dos bens alimentares não descer e mostra-se preocupada com a possível falta de recursos para impedir novos casos de pobreza. Em entrevista à agência Lusa, nas vésperas de arrancar um novo pedido a nível nacional, Rita Valadas faz uma avaliação preocupante da atual situação social do país e revela que o seu maior receio para este ano é que falem recursos para ajudar todas as pessoas que precisam. A responsável salientou que a luta da Cáritas não é só evitar novos casos de pobreza, mas também conseguir fazer a retoma da sua situação pessoal. “Preocupa-me muito que nós não tenhamos os recursos suficientes para fazer esse papel, preocupa-me a pressão que existe sobre os atendimentos e alguma conflitualidade decorrente da situação de pobreza, que existe”, acrescentou. A propósito da recente descida do valor da inflação, Rita Valadas alertou que

se essa redução não tiver efeito nos bens essenciais, “bem pode descer que não resolve nenhum problema”. “Esta descida que houve, que foi reportada nesta semana, não tem consequência, por exemplo, ao nível dos bens alimentares. Bem pode descer, se os bens alimentares crescem, a situação fica pior”, constatou. A presidente da Cáritas alertou também para aquilo que considera ser uma certa desorganização de recursos, dando como exemplo o que aconteceu no início da guerra na Ucrânia, em que houve uma onda de solidariedade feita de “iniciativas pontuais, que não se congregarem”. “Não se congregando podemos estar a criar desperdício e não apoiar as situações mais vulneráveis”, destacou, defendendo que “tem de haver alguma maneira” de evitar repetir o que aconteceu nessa altura. Nesse sentido, disse que a Cáritas tem vindo a fazer “um esforço” para juntar as várias “redes que existem”, de forma a ser possível “fazer a diferença com os poucos recursos que há”, salientando que o país está também “em fase de não ser muito fácil as pessoas ajudarem”.



© DR

Portugal não é um país para velhos

A sociedade portuguesa voltou a ser confrontada com notícias de maus-tratos a idosos num lar que os deveria proteger. Estas notícias são cíclicas e frequentes, provocando ondas de indignação nas primeiras horas, e promessas de campanhas e de novas medidas por parte dos políticos do sistema, que fingem resolver o problema, descartando qualquer tipo de responsabilidades. Mas, com o passar do tempo, as atenções vão-se esfumando e tudo continua tudo na mesma. Até à próxima notícia de um idoso a ser vítima de maus-tratos.

As imagens de um idoso deitado numa cama a ser devorado por formigas ainda não saíram da memória dos Portugueses. São imagens que nos devem envergonhar a todos, mas principalmente a Ministra da Segurança Social, Ana Mendes Godinho. É preciso afirmar que o Governo é o principal responsável pela não solução deste problema, e a ministra Ana Mendes Godinho já devia ter apresentado a sua demissão.

O CHEGA apresentou um conjunto de medidas de apoio à Terceira Idade, todas rejeitadas! Não por serem más, mas por serem do CHEGA! Tenho a certeza de que se fossem aprovadas, os lares ilegais já tinham desaparecido.

Mas para o PS as pessoas podem ser tratadas como lixo. O PS sabe que a cultura de morte que promove só encontra oposição no CHEGA. As famílias e os idosos podem contar com os nossos deputados para os defender pois, para o CHEGA, velhos são os trapos.



COMENTÁRIO
DA SEMANA

Jorge Galveias
Deputado à Assembleia
da República do Partido
CHEGA

Mais de 100 pessoas vivem em lojas e garagens em Braga

Entre as mais de 100 pessoas que foram sinalizadas a viver em lojas e garagens encontram-se imigrantes, mas também cidadãos portugueses que, devido à crise económica provocada pela inflação e pelo aumento das prestações da casa, não têm onde viver.

por Agência Lusa

O presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, revelou que no último mês e meio foram detetados mais de uma centena de moradores a residir em lojas ou em garagens, totalizando 20 situações sinalizadas, e apelou à denúncia destes casos.

O autarca, em declarações aos jornalistas, afirmou que ao todo estariam a falar mais de 100 pessoas em estado de habitação ilegal sobretudo na zona urbana.

O assunto foi levantado durante a reunião do executivo, tendo sido questionada a autarquia se esta tinha conhecimento do que estava a fazer perante este “problema sensível”, discordando do apelo feito pelo autarca para que as pessoas denunciem estas situações ilegais, considerando que isso seria um retrocesso.

“A lógica da denúncia é uma lógica de proteção dos desfavorecidos. Numa situação dessas, de utilização de um espaço comercial, de uma garagem ou de

um sótão para residências de uma quantidade desmesurada de pessoas, bastaria até uma, mas, neste caso, são quantidades significativas de pessoas, é uma situação em que há uma utilização abusiva da necessidade que as pessoas têm de encontrar alojamento, por quem está a tentar tirar um benefício económico indevido dessa mesma situação”, respondeu Ricardo Rio.

Segundo o autarca, que dá conta de “intensificar” a realidade “nos tempos mais recentes”, não existe nenhuma “conotação negativa com a lógica da denúncia”. “A lógica da denúncia é um facilitador para a câmara e as outras instituições, porque isto não é apenas tutela da câmara municipal – nomeadamente o acompanhamento dessas pessoas também cabe à Segurança Social, à BragaHabit -, poderem atuar e responder o mais depressa possível”, salientou Rio.

O presidente salientou que o município “não pode andar a bater de porta em porta” para verificar a existência deste tipo de casos.

“Se alguém tiver conhecimento,

seja da junta de freguesia, seja um cidadão, seja uma qualquer outra entidade, obviamente que agradecemos que nos façam chegar essa informação, para podermos atuar o mais depressa possível, como fizemos até agora nos casos que nos foram transmitidos”, referiu Ricardo Rio.

Para o autarca de Braga, este tipo de situações carece de “uma resposta de emergência”, a qual “tem sido articulada” com a BragaHabit – empresa municipal de habitação de Braga – e com a Segurança Social, “que têm respondido” às necessidades destes moradores.

Ricardo Rio conta que, nas mais de cem pessoas sinalizadas, há imigrantes, mas também portugueses. “Há bracarenses com situações de despejo de contratos de arrendamento de longa duração que, de repente, passaram a ter valores muito mais caros do que aqueles que as pessoas podiam comportar, e as pessoas não conseguem ir ao mercado e aceder às condições hoje existentes”, explicou o presidente do município.

© Facebook | HBA

Urgência Pediátrica de Loures vai reabrir ao fim de semana

Autarca de Loures garante que o ministro da Saúde, Manuel Pizarro, se “comprometeu a avaliar e a anunciar uma solução provisória de reabrir ao fim de semana” o serviço de urgência pediátrica do Hospital de Loures que tem estado encerrado sábados e domingos.

com Agência Lusa

A urgência pediátrica do Hospital Beatriz Ângelo (HBA), em Loures, vai reabrir ao fim de semana, em horário ainda por definir. Segundo o autarca Ricardo Rio, a garantia foi dada pelo ministro da Saúde, Manuel Pizarro, aos presidentes das câmaras de Loures, Odivelas, Mafra e Sobral de Monte Agraço, concelhos do distrito de Lisboa servidos pela unidade, após

uma reunião na capital sobre o encerramento noturno e aos fins de semana daquele serviço, em vigor desde a semana passada.

No final do encontro, ladeado pelos seus colegas autarcas, foi avançado aos jornalistas de que foi encontrada uma solução “considerada um avanço” por todos, lembrando que o “grande propósito” da reunião era uma explicação sobre o encerramento definitivo da urgência pediátrica.

“Já houve um avanço. O ministro

comprometeu-se a avaliar e anunciar uma solução provisória de reabrir ao fim de semana essa urgência, que estava agora encerrada todo o fim de semana”, disse. Desde quarta-feira passada que a urgência pediátrica do hospital de Loures passou a funcionar apenas de segunda-feira a sexta-feira, entre as 09:00 e as 21:00, devido à falta de pediatras.

A decisão de encerramento motivou a aprovação de moções de contestação nas câmaras de Loures e de Mafra, por unanimidade.

Entretanto, os chefes de equipa do Serviço de Urgência Geral do HBA apresentaram a sua demissão devido à falta de condições, que dizem pôr em causa a segurança dos doentes e dos profissionais.

Bebé nasce em Uber à porta do hospital

Um bebé nasceu à porta das Urgências do Hospital do Barreiro, dentro de uma viatura TVDE da empresa Uber sem que lhe fosse prestado auxílio.

A mãe entrou em trabalho de parto e, chamados a ambulância e o Uber, este último foi o primeiro a chegar. Já à porta do hospital, e apesar de o pai da bebé ter ido às urgências pedir ajuda, a mesma não chegou e a criança nasceu no interior do carro.



Alerta! Banco Central Europeu avisa que deverá haver novos aumentos de juros em breve

O BCE tem a sua próxima reunião de política monetária marcada para o dia 16 de março e já foi pré-anunciado um aumento das suas taxas de juro de mais 50 pontos base. Christine Lagarde já avisou que “é impossível dizer” até onde as taxas devem aumentar

por **Agência Lusa**

O economista-chefe do Banco Central Europeu (BCE), Philip Lane, disse, na segunda-feira, que os dados atuais sobre a inflação apontam que continuarão a subir as taxas de juro mesmo para lá da reunião deste mês. Numa conferência hoje em Dublin, o economista irlandês destacou que se começam a perspetivar os primeiros sinais de alívio de inflação, mas que as pressões continuam altas, pelo que é necessário o BCE atuar mesmo depois da reunião deste mês (Frankfurt já tinha dado indicações de que voltaria a subir as taxas diretoras na reunião de 16 de março). Lane considerou que as pressões inflacionistas são agora menores do lado das matérias-primas e da energia, bem como da atividade económica e de estrangulamentos da oferta, contudo, acrescentou que os indicadores dos preços relacionados com a alimentação e o mercado de trabalho (sobretudo salários) continuam a ser um risco para a inflação.

Assim, disse, tendo o BCE como prioridade uma inflação de 2% no médio prazo, a informação atual sobre as pressões inflacionistas subjacentes sugere que “será apropriado aumentar as taxas mesmo depois da reunião de março”.

O economista-chefe do BCE avisou ainda que a redução da procura, que será consequência do endurecimento da política monetária da zona euro, significa que “aumentos excessivos de preços e salários não serão sustentáveis”. O BCE tem a sua próxima reunião de política monetária marcada para 16 de março e já foi pré-anunciado um aumento provável das suas taxas de juro de mais 50 pontos base.

A presidente do BCE, Christine Lagarde, numa entrevista recente, considerou que “é impossível dizer” até onde as taxas devem aumentar.

Desde julho de 2022, as taxas de juro do BCE registaram sucessivas subidas e a principal taxa diretora (de refinanciamento) está atualmente em 3%, numa altura em que a inflação ultrapassa largamente os 2% a médio prazo fixados como meta pela instituição. A taxa de inflação na Zona Euro recuou em fevereiro para 8,5% quando em janeiro estava em 8,6%, segundo o Eurostat, mas a descida foi menos acentuada do que o previsto, devido aos preços elevados dos produtos



alimentares. Na semana passada, a agência de notícias Reuters noticiou que a cúpula do BCE tem discutido o impacto das margens de lucro das empresas no surto inflacionista. Segundo a Reuters, num encontro de governadores dos bancos centrais foram feitas apresentações que demonstram como as margens de lucros das empresas têm aumentado, quando se esperava a sua diminuição

devido ao aumento dos custos, penalizando os consumidores.

Em novembro, em entrevista ao Público, o governador do Banco de Portugal, Mário Centeno, disse que as subidas de preços vão, “em muitos casos, para além daquilo que se poderia esperar face ao que são as pressões inflacionistas vindas da oferta” e que se deve pedir contenção nos salários mas também nas margens de lucros das empresas.

“Os bancos centrais têm vindo desde sempre a referir as pressões inflacionistas via custos salariais como uma das fontes dos efeitos de segunda ordem sobre os preços. É um esforço que se pede ao funcionamento da economia e à negociação salarial, mas que é essencial para conter a inflação. Mas igualmente importante é o papel das margens de lucro neste fenómeno” afirmou Centeno.

Preço do leite sobe devido ao aumento dos custos de produção

Entre janeiro de 2022 e janeiro de 2023, o preço médio do leite ao produtor no continente aumentou para 0,58 euros/litro. Esta subida deve-se, explica a Federação Nacional das Cooperativas de Produtores de Leite, ao aumento brutal dos fatores de produção.

por Agência Lusa

A Fenalac - Federação Nacional das Cooperativas de Produtores de Leite - refere existir um “aumento brutal” dos custos de produção, o que justifica a subida de preço do leite e dos produtos lácteos, que no caso dos fertilizantes triplicou. A subida do preço do leite e dos produtos lácteos, sobretudo desde 2022, deve-se ao “aumento brutal” dos custos de produção,

que no caso dos fertilizantes triplicou, esclareceu a Federação Nacional das Cooperativas de Produtores de Leite (Fenalac).

“Entre janeiro de 2022 e janeiro de 2023, o preço médio do leite ao produtor no continente aumentou para 0,58 euros/litro, representando uma variação de 60% (0,21 euros/litro)”, indicou a Fenalac, justificando esta evolução com o “aumento brutal dos fatores de produção”.

Segundo a federação, os custos



© DR

associados a rubricas como fertilizantes (200%), energia (60%) e alimentos para animais (58%), que representam cerca de 90% dos custos operacionais, têm “crescido exponencialmente”. No entanto, a recuperação do preço do leite ao produtor iniciou-se em abril de 2022, “não obstante o crescimento dos custos de produção ter começado no princípio de 2021”.

A Fenalac saudou as recentes ações da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), mas lamentou que nada tenha sido feito durante os 10 anos em que os produtos lácteos estiveram a preços reduzidos, “denunciando o provável incumprimento da lei que proíbe vendas abaixo do preço de aquisição”.

Neste sentido, os produtores de leite querem que o Governo crie condições para atenuar os preços dos alimentos, mas recusam suportar os efeitos da guerra na Ucrânia e da inflação.

“Acreditamos que há ainda um caminho que deve ser percorrido de forma a mitigar os efeitos dos brutais aumentos dos custos de produção – os custos fixos associados à energia (gasóleo e eletricidade) e a isenção do IVA aplicável aos alimentos essenciais tal como sugere a Ordem dos Nutricionistas, que subscrevemos”, concluiu.

Alexandra Reis discorda, mas devolve valores por “vontade própria”

A ex-secretária de Estado sublinhou que, “para que não restem quaisquer dúvidas, e como afirmo desde o início, não quero ter um euro sobre o qual recaia a mínima suspeita”, razão pela qual irá devolver a quantia apontada pela Inspeção-Geral de Finanças.

por Agência Lusa

A ex-administradora da TAP Alexandra Reis discordou do parecer da Inspeção-Geral de Finanças (IGF), mas assegura que por “vontade própria” devolverá o montante indicado pela entidade, lamentando “os ataques de caráter” de que foi alvo. A IGF concluiu que o acordo celebrado para a saída de Alexandra Reis da TAP é nulo, adiantou o Governo, que vai pedir a restituição dos valores.

“Não posso, pois, concordar com o relatório da IGF, ou seja, com um parecer, e que não é mais que isso, que reescreve o que se passou para dar aquela que é provavelmente a res-

posta mais fácil”, mas, “todavia, equivocada”, afirmou Alexandra Reis num comunicado enviado às redações.

Na mesma nota, a ex-secretária de Estado sublinhou que, “para que não restem quaisquer dúvidas, e como afirmo desde o início, não quero ter um euro sobre o qual recaia a mínima suspeita”, razão pela qual irá devolver a quantia apontada pela IGF.

“Aceitei sair de uma empresa, à qual me entreguei com todo o meu compromisso e dedicação na defesa dos seus interesses, num dos momentos mais difíceis da sua existência, em total boa-fé, e, embora discordo do parecer da IGF e nada me obrigue a isso, reafirmo o que sempre disse que faria: por



© DR

minha vontade própria devolverei o que indica a IGF, lamentando os ataques de caráter de que fui alvo nos últimos meses e com os olhos postos no futuro”, sublinhou Alexandra Reis.

Recorde-se que o Ministro das Finanças, Fernando Medina anun-

ciou, esta semana, e na sequência das conclusões do relatório da IGF, que havia exonerado o presidente do Conselho de Administração e a presidente executiva da TAP, Manuel Beja e Christine Ourmières-Widener, respetivamente.

Ambos saem da companhia aérea

portuguesa sem qualquer indemnização, acrescentou João Galamba. O ministro das Infraestruturas revelou ainda que Luís Rodrigues é o novo CEO da TAP, saindo, para o efeito, da presidência da SATA, companhia aérea açoriana, cargo que ocupou nos últimos três anos.

Trump diz acabar com a guerra na Ucrânia em menos de um dia

por Agência Lusa

O ex-presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, disse, perante uma plateia eufórica em Washington, que tornará a “América livre novamente” caso seja reeleito, afirmando estar “envolvido numa luta épica para resgatar” o país.

Trump foi a “estrela” da Conferência da Ação Política dos Conservadores, considerada a mais importante reunião do movimento conservador nos EUA, onde foi recebido por uma multidão apoteótica.

No seu discurso, um dos focos principais foi o atual Presidente, Joe Biden, cuja administração classificou como “a mais corrupta na história do país” e Biden como “o maior criminoso, a quem nada acontece”.

Trump fez várias promessas caso regresse ao poder, entre elas “revogar a louca Ordem Executiva de Joe Biden de instalar czares marxistas de diversidade, equidade e inclusão em todas as agências federais” e “demitir imediatamente todos os funcionários contratados para implementar essa agenda horrível”.

Em relação à política externa, Trump focou-se na invasão da Ucrânia pela Rússia, advogando que foi “o único Presidente norte-



© Facebook | Donald J. Trump

-americano que não viu a Rússia a tomar o controlo de outro país durante o seu mandato”.

“Com Bush, eles invadiram a Geórgia. Com Obama, eles tomaram a Crimeia, com Biden eles estão a tentar levar tudo...e ele nem vai saber que eles levaram”, afirmou, arrancado gargalhadas da plateia.

O ex-chefe de Estado aproveitou para re-

clamar do apoio financeiro e militar que o executivo norte-americano tem dado a Kiev, repetindo que este conflito não teria acontecido se ele ainda estivesse no poder, uma vez que se “dava muito bem com Vladimir Putin”, o Presidente russo. Ainda sobre a guerra, Trump indicou que “resolverá” o conflito em menos de um dia antes de voltar a entrar na Casa Branca.

Meloni quer mulheres à frente de empresas controladas pelo Estado

por Agência Lusa

A primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, admitiu que gostaria de ver em Itália a primeira mulher no cargo de diretora executiva de uma empresa controlada pelo Estado.

“O desafio é termos a primeira mulher como diretora executiva de uma empresa controlada pelo Estado. É um dos objetivos que estabeleci para mim mesma”, disse a primeira-ministra de Itália numa cerimónia de inauguração da sua foto na Sala das Mulheres da Câmara dos Deputados italiana.

“Digo isto na véspera de uma escolha importante para o Governo” italiano, afirmou Giorgia Meloni, referindo-se às próximas nomeações para empresas controladas pelo Estado. Mais do que “chegar” aos cargos, declarou, é preciso que as mulheres executivas “mostrem que podem fazer bem: não digo melhor [do que os homens], mas muito bem”.

“Antes mesmo de chegar ao Salão Oval, terei a guerra desastrosa entre a Rússia e a Ucrânia resolvida - será resolvida rapidamente. E não vai demorar mais do que um dia. Sei exatamente o que dizer a cada um deles”, disse.

Antes do seu discurso Donald Trump garantiu a jornalistas que permanecerá na corrida presidencial de 2024.

Relação com a Rússia não é uma ameaça para outros países, garante MNE da China

por Agência Lusa

O ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Qin Gang, garantiu que as relações entre Pequim e Moscovo “não ameaçam nenhum país” e contribuem para “avançar com o multilateralismo” nas relações internacionais.

“As relações entre a China e a Rússia têm como base a confiança mútua estratégica e a boa vizinhança. Há quem veja nesta relação ecos da Guerra Fria, mas ela não constitui uma ameaça para nenhum outro país”, apontou Qin, em conferência de imprensa, à margem da sessão anual da Assembleia Popular Nacional, o órgão máximo legislativo da China. O governante chinês afirmou que o

“multilateralismo nas relações internacionais avança graças à parceria” entre a China e a Rússia.

Desde o início da guerra na Ucrânia, Pequim tem tentado manter a “amizade sem limites” com Moscovo e proteger as fortes ligações comerciais com os Estados Unidos e países aliados, bem como a sua imagem global.

Pequim recusou condenar a invasão e condenou a imposição de sanções à Rússia, mas defendeu também a importância de respeitar a “integridade territorial de todos os países”, numa referência à Ucrânia. Na conferência de imprensa, Qin responsável sublinhou que a iniciativa de segurança global do país está comprometida com o multilateralismo e opõe-se “ao confronto” entre blocos: “O mun-



© DR

do atravessa um período de turbulências e a diplomacia chinesa navega por entre as tempestades. Não vamos cessar os nossos esforços”.

Anunciada pelo Presidente chinês, Xi Jinping, em abril passado, a ‘Iniciativa de Segurança Global’ opõe-se ao uso de sanções no cenário internacional. De acordo com aquela proposta, as “grandes potências devem facilitar as negociações para a paz” e “ter em conta as necessidades dos países envolvidos”, ao mesmo tempo que exorta as nações a praticarem o “multilateralismo genuíno”.

A iniciativa “espera contar com a participação de todos os atores”. A China está disposta a “trabalhar com todos os países que desejam a paz para enfrentar todos os tipos de desafios à segurança”.

Novo fracasso no lançamento de foguetão H3 do Japão

por Agência Lusa

A agência espacial do Japão Jaxa ordenou na terça-feira a destruição do foguetão H3.

Pouco depois do início da sua descolagem inaugural, o foguetão apresentou uma falha nos motores secundários.

Desenvolvido conjuntamente pela Jaxa e pela Mitsubishi Heavy Industries, o foguetão descolou do Centro Espacial Tanegashima, em Kagoshima (sudeste), às 10:37 (01:37 em Lisboa), mas minutos depois os motores secundários do foguetão falharam a sua ignição e a agência enviou uma ordem de autodestruição para o aparelho. Em meados do mês passado, o foguetão não chegou a descolar devido a um problema com os seus impulsionadores, forçando a Jaxa a adiar o voo inaugural. O novo foguetão H3, cujo lançamento foi adiado várias vezes nos últimos anos, tem uma enor-

me importância para o desenvolvimento do programa aeroespacial japonês e impacto na futura política espacial do Japão.

O primeiro voo do foguetão H3 estava inicialmente programado para o final de março de 2021, mas a data foi adiada por cerca de dois anos devido a problemas com o recém-desenvolvido motor LE-9 da primeira fase e com a substituição de várias peças.

O H3, preparado para substituir os modelos H2-A e H2-B utilizados pela Jaxa para colocar os satélites em órbita, é o primeiro foguetão espacial a utilizar um motor na sua primeira fase que melhora a eficiência do combustível.

O foguetão, que marca a primeira renovação do veículo de lançamento da nave principal do país em duas décadas, deverá colocar em órbita o satélite de observação terrestre DAICHI-3 para monitorizar a situação em áreas afetadas por possíveis catástrofes.



Franceses bloqueiam estradas e paralisam refinarias em protesto contra reforma das pensões

por Agência Lusa

Os sindicatos franceses destacaram a mobilização "histórica" contra a reforma das pensões, com bloqueios nas estradas, suspensão da circulação ferroviária e a paralisação de refinarias.

Mesmo com uma aparente diminuição do número de grevistas face a anteriores protestos, no sexto dia de ação contra o projeto de referência do Presidente Emmanuel Macron, rejeitado pela maioria da população, os sindicatos indicaram pretender que o país "parasse".

Pouco antes da partida do cortejo, o secretário-geral do sindicato reformista CFDT, Laurent Berger, congratulou-se com uma "mobilização histórica face aos últimos 40 ou 50 anos", com "mais 20%" de manifestantes do que em 31 de janeiro.

O Governo "não pode ficar surdo" a esta mobilização, insistiu Berger. "Esta será a mais forte mobilização desde o início do conflito", assegurou por sua vez o líder da CGT, Philippe Martinez, advertindo o Executivo contra "uma aprovação à força [da legislação] que apenas implicará mais achas para a fogueira".

Os protestos foram maciços em várias cidades, numa mobilização comparável à registada em 31 de janeiro, indicou a agência noticiosa AFP. Os organizadores referiram 30 mil pessoas nas ruas em Nice, mais de 20 mil em Bayonne e 245 mil em Marselha.

Foram registados confrontos esporádicos entre manifestantes e a polícia de choque em Paris, Lyon e Rennes, com a utilização de canhões de água pelas forças policiais.

No total, foram mobilizados 10.500 polícias e guardas nacionais.

Na capital francesa, grupos minoritários de radicais provocaram danos materiais no decurso da marcha, e na sequência dos confrontos foram detidas 13 pessoas, segundo a agência noticiosa Efe.

Foram ainda registados bloqueios rodoviários em diversas localidades, cortes de eletricidade, sobretudo no norte e com as saídas de combustíveis impedidas desde a manhã de terça-feira em "todas as refinarias", segundo fonte sindical. Recorde-se que a França é um dos países da Europa onde a idade de reforma é das mais baixas, sem que os sistemas de reforma sejam totalmente comparáveis. O



Governo justificou o aumento da idade de reforma para responder à degradação financeira dos fundos de pensões e ao envelhecimento da população.

Caetano Veloso atua em Lisboa e no Porto em setembro

por Agência Lusa

O músico brasileiro Caetano Veloso vai voltar a Portugal para três concertos, dois no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, e um no Coliseu do Porto, em setembro, anunciou a promotora. Integrados na digressão “Meu Coco”, os concertos acontecem em 09 e 10 de setembro, em Lisboa, e no dia 14 do mesmo mês no Porto. “No show ‘Meu Coco’ procuro juntar peças marcantes do álbum com obras que registem momentos históricos do meu trabalho”, escreveu Caetano Veloso sobre o espetáculo que vai apresentar, citado no comunicado.

O texto acrescenta que “o repertório é escolhido a dedo, não apenas com ‘a mera função de agradar aos espetadores’, mas criando um enredo que ponha em diálogo faixas de diferentes tempos. No fundo, que ponha em diálogo Caetano com a sua obra, com o seu público e com os seus mestres e discípulos”.

Em Lisboa, os bilhetes têm preços entre os 25 e os 100 euros, enquanto no Porto vão dos 25 aos 80. A última vez que Caetano Veloso esteve em Portugal foi em 2021, num formato íntimo de voz e violão.

Setor editorial do livro voltou a crescer no ano passado

por Agência Lusa

O presidente da associação Apigraf afirma, em declarações à Lusa, que o setor editorial do livro voltou a crescer em 2022 e que, depois do “drama” do primeiro semestre de falta de papel, o mercado está “estabilizado”. Segundo José Manuel Lopes de Castro, “o ano foi bom genericamente”, apesar de o primeiro semestre ter sido “um desastre com a escassez de matéria-prima [papel] e pelo aumento brutal” do preço da mesma, algo que foi “transversal ao setor todo”, refere.

No entanto, em meados do ano passado, o mercado “começou a estabilizar, a normalizar, e agora penso que as coisas estarão mais ou menos normalizadas na oferta e mais ou menos estabilizadas no preço”, considera o presidente da Apigraf, setor que emprega cerca de 20 mil trabalhadores, conta com mais de 2.700 empresas e representa 4% da indústria transformadora.

“O ano – temos que confirmar isso com números –, pelos indicadores que temos, foi positivo, o que é francamente bom”, avança. No setor editorial livro acontece, de acordo com o responsável, um “fenómeno estranho positivo” que é contrário ao editorial jornal e revistas.

“Mais uma vez, em 2022 o livro voltou a subir, quer na aquisição, quer os números de leitores subiram, mas os números de compradores também subiram na Europa toda, é um fenómeno interessante”, destaca.

Lopes de Castro considera que as notícias da morte do livro foram manifestamente exageradas e estes dados de 2022 comprovam isso: “Já foi considerado morto várias vezes, está a subir, está a crescer e há indicadores de que está para ficar e bem”. Agora, “o jornal, todos, todos baixaram muito de tiragens”, enfatiza, apontado que algumas até são “residuais”.

Portugal conquista cinco medalhas em atletismo e judo

© Folha Nacional



por Agência Lusa

Cinco atletas portugueses conquistaram, no último fim-de-semana, medalhas nas competições que decorreram na Turquia e no Uzbequistão. No atletismo, o português Pedro Pablo Pichardo sagrou-se campeão da Europa no triplo salto em pista coberta, com um ‘vo’ de 17,60 metros, melhorando o recorde nacional estabelecido na véspera.

Pichardo, que partiu para Istambul (Turquia) com os títulos de campeão olímpico, mundial e europeu ao ar livre, regressou a Portugal com mais um título na bagagem: bicampeão europeu ‘indoor’.

Quem também trouxe a medalha de ouro para casa foi a atleta portuguesa Auriol Dongmo ao revalidar o título europeu do lançamento do peso em pista coberta, em Istambul, onde Jessica Inlude foi quarta classificada.

Ainda nos Europeus de Istambul 2023, Patrícia Mamona conquistou a medalha de bronze no triplo salto nos Europeus de pista coberta ao conseguir 14,16 metros na final.

Do atletismo para o judo e de Istambul para Tashkent, a rota vencedora manteve-se.

As judocas portuguesas Patrícia Sampaio e Catarina Costa asseguraram, no Grand Slam de Tashkent (Uzbequistão), as medalhas de bronze e prata, respetivamente.

Últimas

Ministério Público arquiva queixa de Mortágua contra André Ventura

O Ministério Público deu razão ao Presidente do CHEGA, André Ventura, e arquivou a queixa movida por Mariana Mortágua, que o acusou de difamação por este ter partilhado um tweet no qual a deputada do Bloco de Esquerda era acusada de receber dinheiro do Banco Espírito Santo. Em causa estava a republicação por André Ventura, em novembro passado, de um 'post' da espanhola Cristina Seguí, uma comentadora ligada ao partido Vox, que acusa Mortágua e um antigo ministro da Defesa espanhol, o

socialista José Bono, de terem recebido dinheiro do Banco Espírito Santo. No despacho, o Ministério Público considera que Ventura tinha motivos para considerar credível a publicação de Cristina Seguí e que este não estava a "levantar suspeita sobre Mariana Mortágua, mas sim a pedir-lhe o seu comentário ou reação sobre o assunto". Alega-se ainda no despacho que "em sede de julgamento, não seria aplicada uma pena ao arguido" André Ventura, pelo que se determina o arquivamento do inquérito.

Fim de vistos gold suspende investimentos e mil postos de trabalho

A Associação Portuguesa do Turismo Residencial e Resorts (APR) estima que o fim dos vistos gold, anunciado pelo Governo no âmbito da apresentação do plano Mais Habitação que tanta polémica tem gerado, pode levar à suspensão imediata de investimentos de mais de 600 milhões de euros e de também 1.000 postos de trabalho. A entidade referiu que a extinção dos vistos gold "para unidades tu-

rísticas, em particular, é uma medida errada e extemporânea que surge apenas um ano após a última revisão e escassos três ou quatro meses após ter sido chumbada no parlamento". Esta medida, alerta a APR poderá gerar a "perda do contributo de cada novo investidor estrangeiro na economia portuguesa, que ao fim de 5 anos, é de cerca de 6 vezes o valor do seu investimento inicial".

Vice da Câmara de Barcelos condenado por corrupção perde mandato

O vice-presidente da Câmara de Barcelos, Domingos Pereira, anunciou que vai pedir a suspensão do mandato, depois de o Tribunal da Relação de Guimarães ter confirmado a sua condenação por corrupção. O processo diz respeito ao alegado recebimento de 10 mil euros para garantir um emprego no município e remonta a 2016, quando Domingos Pereira era vereador eleito pelo Partido Socialista. O Tribunal da Relação de Guimarães

confirmou a condenação de Domingos Pereira a dois anos e 10 meses de prisão, com pena suspensa, por corrupção. O arguido viu ainda confirmada a condenação a perda de mandato. Nas últimas autárquicas, Domingos Pereira foi eleito por uma coligação entre PSD, o CDS e o movimento independente Barcelos, Terra de Futuro (BTF), de que é fundador. Atualmente, detinha os pelouros das Atividades Económicas, Contratação Pública, Gestão Financeira e Património.

Conselho Superior da Magistratura quer travar "portas giratórias"

O Conselho Superior da Magistratura aprovou em plenário uma proposta de alteração ao Estatuto dos Magistrados Judiciais, com vista a limitar a circulação de juizes entre a justiça e a política. A proposta de alteração para travar as "portas giratórias" entre a justiça e a política resultou da ação do grupo de trabalho que tinha sido constituído em 2022 pelo presidente do CSM e do Supremo Tribunal de Justiça, Henrique Araújo, que já havia manifestado críticas ao regime de comissões de serviço e à circulação de juizes entre a justiça e a política. O texto final da proposta "será divulgado oportunamente" e enviado ao Ministério da Justiça. De acordo com o

CSM, este grupo de trabalho, presidido por Henrique Araújo, foi também constituído por António Barradas Leitão, Inês Ferreira Leite, Jorge Raposo e Leonel Serôdio, a quem foi dada a missão de "repensar o regime legal em vigor referente a impedimentos, incompatibilidades e comissões de serviço dos magistrados judiciais".

Meteorologia

sexta-feira	sábado	domingo	seg.-feira	terça-feira	qua.-feira	qui.-feira
10/03	11/03	12/03	13/03	14/03	15/03	16/03
13° 18°	12° 19°	10° 20°	10° 20°	10° 18°	9° 20°	9° 20°

FONTE: IPMA

Desporto 24ª JORNADA DA LIGA BWIN

10MAR	11MAR	12MAR	12MAR
20h15 Estádio do Dragão	20h30 Estádio do F.C. Vizela	18h00 Estádio do Marítimo	20h30 Estádio José Alvalade
x	x	x	x
F.C. Porto Estoril	F.C. Vizela S.C. Braga	Marítimo Benfica	Sporting C.P Boavista

Cartoon



Editorial

Acorda Portugal!



Nuno Valente
Diretor do jornal
Folha Nacional

Num país de brandos costumes, a hipocrisia socialista prevalece no governo da república há mais de 27 anos. Durante este mandato já nos trouxe três bancarrotas, a primeira em 1977 com Mário Soares, a segunda em 1983 com Mário Soares e a última em 2011 com o 'saudoso' José Sócrates. Pelo meio ainda tivemos o pântano de António Guterres, sendo, em todos os casos, usada a mágica fórmula de um crescimento baseado no consumo e no endividamento contra a aposta nas exportações. Como diria a ex-dama de ferro Margaret Thatcher "só existe socialismo enquanto existir dinheiro", e tem sido esta a triste sina de Portugal e do nosso Povo, guiado por políticos com fórmulas antigas, que engordaram o Estado com um tacticismo pura-

mente eleitoralista, gerando gorduras, amiguismos e corrupção. Este era o Portugal do Partido Socialista da despesa e das contas não certas. Hoje temos o Partido Socialista das contas certas, mas também das cativações, dos orçamentos virtuais, que levaram os serviços públicos ao caos, ao fecho das urgências, à ruptura do SNS, das escolas, dos tribunais. Se com Sócrates tínhamos um PS mágico, de grandes obras, de revoluções tecnológicas, de grande dinâmica, com António Costa, ganhámos um 'upgrade' de comunicação de um país do faz de conta, de grandes feitos económicos, mas que na realidade o que temos é um país envelhecido, pobre e sem futuro. Este polvo socialista que tomou conta do Estado distribui migalhas pelos contribuintes nas épocas eleitorais, carrega os trabalhadores e empresas com a maior carga fiscal de sempre, mas continua a distribuir cargos e indemnizações milionárias pelos seus 'boys &

girls'. Mas o povo, que hoje se queixa na rua, deu-lhes a maioria absoluta. Portugal tem sido governado por um bi-partidarismo alternado entre o PS e PSD, salvo a exceção da catastrófica 'geringonça', que reverteu reformas e revelou um PS mais à esquerda que nos recorda hoje os tempos do PREC de 1975. Esta reversão histórica eleva-se hoje no combate à propriedade privada, no controlo ideológico da escola pública, na tentativa de estatizar a economia com a finalidade de ter um controlo absoluto. Mas se no passado recente não existiam opções, hoje contamos com um homem único, que apesar de ter todo o sistema contra ele, iniciou em 2019 um caminho, o caminho das pedras, mas que graças à sua tenacidade, à sua humildade, espírito de sacrifício e orgulho no seu Povo e Nação, está a lentamente a Acordar Portugal, deste sono tenebroso que se encontra há quase cinquenta anos. Este homem chama-se André Ventura!



Folha Nacional
2ª Edição Trimestral
Disponível numa banca perto de si!

Consulte a lista de pontos de venda em:
www.folhanacional.pt



Capture o código QR e acompanhe online ▶

N

O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL EM FORMATO IMPRESSO. PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES, PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA, NUMA PREMISA DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM O PESO EXCESSIVO DO ESTADO, SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGIR-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPITEM OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTES NA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTA.

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUB DIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA EMAIL GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 12 44 MORADA DA REDAÇÃO (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LUPI, Nº 12, 1200-725 LISBOA SÍTIO OFICIAL FOLHANACIONAL.PT TIRAGEM SEMANAL 5 000 UNIDADES